



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0001620250320000180



Unidade responsável

Camara Municipal de Limoeiro

[Câmara Municipal de Limoeiro do Norte](#)



Data

21/05/2025



Responsável

Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de Limoeiro do Norte enfrenta um desafio significativo devido à insuficiência de recursos especializados para atender à crescente complexidade das demandas legais e administrativas. A incapacidade da estrutura atual em lidar com as exigências técnicas atualizadas, especialmente nos campos de análise e orientação jurídica, concessão de requerimentos administrativos, revisão de normas internas e práticas de compliance, ameaça a eficiência e a conformidade legal da Administração. Estes fatores são críticos para a operação eficaz e a credibilidade da Câmara junto ao público e parceiros governamentais.

Se esta demanda não for atendida, os impactos institucionais e operacionais serão potencialmente graves. Entre as consequências estão a interrupção de processos administrativos essenciais, o risco de não conformidade com legislações vigentes, e o enfraquecimento da governança institucional devido à falta de práticas adequadas de compliance. Tais problemas podem comprometer diretamente o interesse público, conforme estipulado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de impactar negativamente os serviços prestados à comunidade local.

Ao contratar uma sociedade de advogados especializada, a Câmara busca assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços jurídicos e administrativos. Os resultados esperados incluem a modernização e adequação dos processos às demandas legais atuais, a garantia de cumprimento das metas institucionais, e a implementação de regulamentos que promovam a transparência e a integridade das operações. Esta contratação está alinhada com os objetivos estratégicos maiores da Administração, promovendo eficiência e conformidade, em sincronia com os princípios de economicidade e planejamento da Lei nº 14.133/2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 161-473-3161
PÁGINA: 1 DE 11 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010





Portanto, a contratação é imprescindível para resolver os problemas identificados no processo administrativo e alcançar os objetivos institucionais em conformidade com os princípios e objetivos estabelecidos nos artigos 5º, 6º, 11 e 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021. Este ETP reflete, do ponto de vista do interesse público, a necessidade de suporte técnico especializado para assegurar o pleno cumprimento das funções administrativas e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Camara Municipal de Limoeiro do Norte	Paulo Sergio Chagas Girao

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A necessidade identificada pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte para a contratação por inexigibilidade de licitação de uma sociedade de advogados é fundamentada na prestação de serviços técnicos especializados. A demanda está centrada em análise e orientação jurídica, concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas e implementação de boas práticas de compliance, visando o fortalecimento da gestão pública conforme as legislações vigentes, alinhada com objetivos estratégicos de eficiência e conformidade legal. Não obstante, tais serviços são essenciais para assegurar a qualidade e legalidade das operações administrativas.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos para esta contratação demandam expertise jurídica avançada, com capacidade comprovada para análise de contratos e convênios, orientação na área de gestão de pessoas, revisão de normas internas e implementação de boas práticas de compliance. Estes critérios técnicos são justificáveis, dado o cenário de risco legal e a exigência de conformidade que circundam as atividades da Câmara Municipal, onde o conhecimento especializado é imperativo. A ausência de um catálogo eletrônico adequado para padronização está justificada pela singularidade e especialização dos serviços, que não se prestam a uma seleção generalista de itens.

A vedação de escolha de marcas ou modelos específicos é mantida conforme o princípio de competitividade, admitindo-se exceção apenas quando necessário para atender características essenciais que, de outro modo, não seriam alcançadas. Para assegurar a entrega ou execução eficiente, prevê-se, ainda, a possibilidade de exigência de amostras ou provas de conceito a critério da Administração, sem detalhamento específico de prazos, para garantir eficácia ao menor custo administrativo.

Quanto à sustentabilidade, a contratação deve contemplar requisitos que minimizem impactos, de acordo com práticas de contratação sustentável, promovendo, quando possível, o uso de materiais recicláveis e a redução de resíduos. A ausência de tais critérios será apenas justificada pela natureza e urgência da demanda. Durante o levantamento de mercado, será imprescindível que os fornecedores demonstrem





condições de atender minimamente aos critérios técnicos e operacionais estabelecidos, considerando a possibilidade de flexibilização destes requisitos para não restringir a competição, desde que ainda adequados à necessidade identificada.

Os requisitos definidos nesta seção fundamentam-se na demanda do DFD e encontram-se em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos 5º e 18, servindo de base técnica para o subsequente levantamento de mercado. Eles garantirão a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para o planejamento da contratação do objeto descrito na "Descrição da Necessidade da Contratação". Tem como finalidade prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, alinhando-se aos princípios dos arts. 5º e 11 de forma neutra e sistemática.

A contratação em questão refere-se à prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. Estes serviços são considerados de natureza complexa e de caráter técnico especializado.

Foi realizada uma pesquisa de mercado abrangente, incluindo consultas a três fornecedores/prestadores potenciais. Essa coleta incluiu informações sobre faixa de preços e prazos. Além disso, foram analisadas contratações similares realizadas por outras câmaras municipais e órgãos públicos, observando-se os modelos de aquisição aplicados e os valores praticados. Outras fontes públicas confiáveis, como o Painel de Preços e o Comprasnet, também foram utilizadas para compilar dados relevantes. A pesquisa identificou algumas inovações, especialmente na área de compliance, com a introdução de tecnologias digitais para monitoramento e auditoria.

Uma análise comparativa das alternativas foi conduzida, considerando critérios técnicos, econômicos, operacionais, jurídicos e de sustentabilidade. As opções analisadas incluíram: desenvolvimento interno dos serviços, terceirização a partir de contratos temporários e a assinatura de serviços especializados de longo prazo. Destacou-se que, apesar do investimento inicial mais elevado, a terceirização com uma sociedade de advogados especializada oferece benefícios significativos em termos de expertise e redução de riscos jurídicos, que são críticos para a Câmara Municipal.

A alternativa mais vantajosa selecionada é a contratação de uma sociedade de advogados com expertise comprovada. Esta decisão baseia-se em fatores de eficiência, economicidade e viabilidade operacional, assegurando o alinhamento ao "Resultados Pretendidos". O custo total de propriedade se mostrou competitivo, considerando a especialização necessária, além de garantir facilidade de manutenção e continuidade, elementos essenciais para os objetivos da Câmara Municipal.

Recomenda-se a abordagem de terceirização dos serviços jurídicos especializados,





como a opção mais eficiente e que melhor assegura competitividade e transparência, em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, sem antecipar a modalidade de licitação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte consiste na contratação por inexigibilidade de licitação de uma sociedade de advogados especializada para a prestação de serviços técnicos focados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance. Este contrato cobrirá todas as necessidades legais e regulamentares da Câmara Municipal, conforme previamente identificadas, garantindo a melhoria contínua das práticas jurídico-administrativas e a conformidade com legislações vigentes.

A contratação incluirá a análise jurídica de contratos e convênios estabelecidos entre a Câmara Municipal e outros órgãos públicos ou organizações da sociedade civil, além de orientação jurídica na gestão de pessoas, análise de concessão de requerimentos diversos, e revisão de normas internas. Estes serviços são integrados para otimizar a eficiência legal e administrativa da Câmara, promovendo a transparência e a integridade em suas operações. Adicionalmente, a implementação de boas práticas de compliance e a elaboração de relatórios e pareceres robustecerão a estrutura ética e legal da instituição.

As justificativas para esta solução são sustentadas por um levantamento de mercado que demonstra a adequação técnica e econômica desta contratação, assegurando que os serviços sejam prestados em conformidade com as exigências legais pertinentes. Esta estratégia atende aos princípios de eficiência, economicidade e interesse público destacados na Lei nº 14.133/2021, representando a melhor alternativa para atender as necessidades específicas da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,000	Mês

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ANÁLISE E ORIENTACXAO JURÍDICA, ANÁLISE DE CONCESSAO DE REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS, REVISÃO E APRIMORAMENTO DAS NORMAS INTERNAS, IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE COMPLIAN	12,000	Mês	10.000,00	120.000,00

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento do objeto, conforme disposto no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, se destina a ampliar a competitividade (art. 11) e deve ser promovido sempre que for viável e vantajoso para a Administração. Esta análise é obrigatória no ETP, em conformidade com o art. 18, §2º. A contratação por inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de advocacia junto à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte foi avaliada à luz dos aspectos de eficiência e economicidade do art. 5º. Avaliou-se se a divisão por itens, lotes ou etapas é técnica e operacionalmente possível, considerando também a 'Seção 4 - Solução como um Todo'.

Na análise da possibilidade de parcelamento, verificou-se que a natureza dos serviços técnicos especializados de advocacia, tais como análise jurídica, revisão de normas internas e implementação de práticas de compliance, não permite uma divisão prática por itens ou lotes. Não obstante a disponibilidade de fornecedores especializados, a fragmentação não acrescentaria competitividade relevante, pois a natureza integrada e contínua dos serviços requer uma abordagem coesa para assegurar qualidade e continuidade, conforme identificado em nossa pesquisa de mercado.

Comparativamente, a execução integral se revela não apenas viável, mas preferencial, como delineado no art. 40, §3º. Esta abordagem oferece benefícios substanciais através da economia de escala e gerenciamento contratual unificado, preservando a funcionalidade técnica e promovendo um sistema integrado único, essencial para a complexidade dos serviços jurídicos em questão. Este modelo, além de garantir a padronização, minimiza riscos à integridade técnica e à responsabilidade contratual.

Contemplando os impactos na gestão e fiscalização, a execução consolidada simplifica a supervisão contratual, centraliza a responsabilidade técnica e evita a dispersão na gestão administrativa. Embora o parcelamento pudesse facilitar o controle descentralizado, ele resultaria em complicações administrativas significativas. Portanto, a capacidade institucional e os princípios de eficiência, conforme art. 5º, suportam a decisão por execução integral, favorecendo a simplicidade e robustez na gestão.





Concluimos que a execução integral é a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando o alinhamento com os 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', facilitando a economicidade e a competitividade, em conformidade com os arts. 5º e 11, e de acordo com os critérios do art. 40. Assim, recomenda-se que a contratação ocorra de forma integral, garantindo a eficácia e a maximização dos recursos disponíveis.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da presente contratação com os instrumentos de planejamento da Administração Pública visa garantir coerência, eficiência e economicidade, de acordo com os princípios estabelecidos nos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, não foi identificado um Plano de Contratação Anual (PCA) para o processo administrativo em questão, indicando a necessidade de uma análise detalhada sobre possíveis demandas imprevistas ou emergenciais. A ausência da previsão no PCA é justificada pela natureza complexa e especializada dos serviços jurídicos a serem contratados, os quais se demonstraram imprescindíveis para atender necessidades não previstas no planejamento inicial da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte. Como medida corretiva, propõe-se a inclusão destes serviços na próxima revisão do PCA, assegurando que futuras contratações similares estejam em conformidade com a legislação, promovendo economicidade e transparência conforme os artigos 5º e 12 da Lei. Apesar da ausência no PCA, a contratação contribuirá eficazmente para os resultados vantajosos e a competitividade, destacando-se a transparência do processo e alinhamento aos resultados pretendidos pela Administração.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos esperados da contratação da sociedade de advogados para prestação de serviços técnicos especializados à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte incluem uma significativa contribuição para a eficiência administrativa e a otimização de recursos, como previsto nos arts. 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. A contratação visa assegurar conformidade jurídica, revisão normativa, e implementação de práticas de compliance, o que é fundamental para o interesse público delineado na 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Esses serviços permitirão não apenas o cumprimento das legislações vigentes, mas também um alinhamento estratégico com as melhores práticas administrativas.

A solução escolhida, de acordo com a análise de mercado e a necessidade pública, pretende alcançar uma economia de escala e melhor utilização de recursos humanos por meio da racionalização de tarefas jurídicas e administrativas, assim como pela capacitação direcionada de pessoal. Materiais e recursos financeiros se beneficiarão de menor desperdício e subutilização. Espera-se obter uma redução de custos operacionais, especialmente em comparação a possíveis alternativas, e uma diminuição significativa do retrabalho, conforme as premissas do princípio da competitividade explícito no art. 11 da Lei.





A fim de monitorar os serviços prestados e comprovar os ganhos almejados, será utilizado um Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que acompanhará indicadores quantificáveis como economia de recursos, melhoria na qualidade das análises jurídicas e no tempo de resposta a requerimentos administrativos. Este acompanhamento permitirá validar a eficiência dos serviços e otimizar os recursos financeiros e materiais disponíveis, assegurando o compromisso com a economicidade e o melhor aproveitamento institucional.

Assim, os resultados pretendidos justificam plenamente o dispêndio público, promovendo maior eficiência e eficácia na administração dos recursos da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, e estão perfeitamente alinhados aos objetivos institucionais conforme o art. 11. A natureza contínua e crítica dessa demanda, ainda que destaquem componentes exploratórios, fundamenta tecnicamente a escolha pela contratação sem licitação, garantindo que os princípios de planejamento e eficiência sejam respeitados.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato, conforme art. 18, §1º, inciso X, serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de 'Resultados Pretendidos', mitigando riscos e promovendo o interesse público (art. 5º), com base em 'Descrição da Necessidade da Contratação'. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado (ex.: instalação de infraestrutura, adequação de espaço físico) serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, seguindo a ABNT (NBR 14724:2011), destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato (art. 116) será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento (ex.: uso de ferramentas, boas práticas) assegurará os resultados previstos (art. 11), segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas conforme ABNT (NBR 14724:2011). Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente (art. 5º), alinhadas a 'Resultados Pretendidos', sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto (ex.: objeto simples que dispensa ajustes prévios).

12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS





A contratação da sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados na Câmara Municipal de Limoeiro do Norte requer uma análise detalhada quanto à modalidade contratual mais **adequada** para atender ao interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021. Considerando a descrição da necessidade da contratação, a singularidade dos serviços demandados e o caráter especializado envolvido, observa-se que a contratação direta por inexigibilidade, conforme previsto no art. 74, III, da mencionada lei, parece ser a modalidade mais adequada, dado que os serviços jurídicos a serem prestados não se configuram como bens de consumo rotineiro, repetitivos ou fracionáveis, características que geralmente recomendam o uso do Sistema de Registro de Preços (SRP).

A análise da solução como um todo indica que a contratação tradicional se alinha melhor ao cenário jurídico e operacional atual. A especialização e notória capacidade técnica da sociedade de advogados, associadas às complexidades dos serviços requeridos, justificam a inexigibilidade de licitação. A contratação de serviços jurídicos desta natureza não é compatível com o SRP, que se destina a aquisições contínuas e padronizadas de objetos que envolvem entregas fracionadas e incerteza em quantitativos. Por outro lado, a natureza pontual e crítica desta necessidade, além de sua relevância estratégica, favorece a contratação direta, assegurando alinhamento aos princípios da eficiência e segurança jurídica, conforme artigos 5º e 11 da mesma legislação.

Economicamente, a contratação direta destes serviços específicos é a mais vantajosa, pois evita a sobrecarga administrativa e a oportunidade de negociação em condições mais favoráveis pela especialização necessária, ao contrário do SRP, que se aplica melhor nas economias de escala obtidas em demandas rotineiras e comuns. O levantamento de mercado reforça que a contratação direta terá melhores resultados operacionais e de custo-benefício, alinhando-se aos interesses da Câmara Municipal. Não existe, também, um atual Plano de Contratações Anual que sugira o uso do SRP nesta situação específica.

Com base nestas considerações técnicas, econômicas e operacionais, a contratação direta por inexigibilidade é declarada a opção mais **adequada** para esta demanda específica, garantindo, dessa forma, que os serviços essenciais ao pleno funcionamento jurídico da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte sejam realizados com eficiência, agilidade e em conformidade com o interesse público, assegurando as expectativas dos resultados pretendidos conforme a nova Lei de Licitações e Contratos.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação é admitida como regra pela Lei nº 14.133/2021, especificamente conforme o art. 15, salvo vedação fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) conforme destacam o art. 18, §1º, inciso I. No presente contexto de contratação, cuja necessidade fundamentei anteriormente, analisamos a viabilidade e vantajosidade da participação de consórcios com base em critérios técnicos, operacionais, administrativos e jurídicos, assegurando o atendimento ao





interesse público, eficiência, economicidade e legalidade estabelecidos no art. 5º. Considerando a 'Descrição da Necessidade da Contratação', o objeto requer serviços jurídicos especializados que demandam conhecimento específico e profundo entendimento das peculiaridades regulatórias e legais da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte. A natureza desses serviços, por sua complexidade, não se beneficia tecnicamente da formação de consórcios, uma vez que a expertise concentrada e focalizada tende a garantir eficiência e eficácia, preservando a segurança jurídica na execução contratual. Adicionalmente, o art. 15 prevê que consórcios exigem compromisso de constituição, escolha de empresa líder, responsabilidade solidária e impedimentos à participação múltipla ou isolada. A soma dessas condições, aliada à característica indivisível dos serviços pretendidos, torna a participação consorciada **incompatível**, impactando negativamente na simplicidade e economicidade da contratação, conforme observado no 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade'. O aumento de complexidade na gestão e fiscalização de consórcios é um fator significativo, enquanto um fornecedor único oferece simplicidade operacional, facilitando a gestão administrativa e permitindo a consecução dos 'Resultados Pretendidos'. Assim, a vedação à participação de consórcios se mostra mais **adequada**, pois assegura eficiência, economicidade e segurança jurídica, alinhada aos princípios do art. 5º e ao planejamento delineado no ETP, fundamentando a decisão tecnicamente e de forma coerente com os objetivos de contratação estabelecidos.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise de contratações correlatas e interdependentes para a presente contratação por inexigibilidade de licitação destaca-se pela sua importância na garantia de um planejamento robusto e eficiente, visando à otimização de recursos e à eliminação de sobreposições desnecessárias. Tal análise, em conformidade com o inciso XI do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, busca integrar de forma harmônica a contratação ora proposta com outras já realizadas, em andamento ou planejadas pela Administração. Isso assegura que os recursos públicos sejam aplicados visando o máximo de economia e eficiência, além de garantir o alinhamento das iniciativas com as diretrizes de eficiência e economicidade estabelecidas no art. 5º da mesma lei.

Na presente análise, verifica-se que, para a contratação dos serviços especializados de assessoria jurídica e compliance, não há registros de contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar diretamente ou ser impactadas pela presente solução. Isto se deve à natureza única e especializada dos serviços requisitados, que por sua singularidade e especificidade, não encontram equivalentes diretos em contratações passadas, presentes ou planejadas. Todavia, é ressaltada a necessidade de continuidade do fornecimento de infraestrutura física e tecnológica adequadas, atualmente já disponibilizadas pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, para assegurar a plena execução dos serviços contratados, ainda que esses serviços em si não constituam interdependência direta desta contratação.

Conclui-se que não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que requeiram ajustes de quantitativos, requisitos técnicos ou demanda por articulações contratuais adicionais. A análise evidenciou que a contratação é independente e não necessita de alterações nos termos propostos, de acordo com o





§2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Recomenda-se apenas que a seção 'Providências a Serem Adotadas' inclua a manutenção da infraestrutura mencionada, com vistas a assegurar que os serviços sejam operados sob as melhores condições técnicas disponíveis. A continuidade de revisão e alinhamento das normas internas e práticas administrativas já em andamento também beneficiará o processo de implementação das boas práticas de compliance previstas nesta contratação.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação de serviços de análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas e implementação de boas práticas de compliance para a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte envolve considerações ambientais sutis devido à natureza do serviço. No entanto, possíveis impactos ao longo do ciclo de vida do serviço, como o consumo de energia em ambientes corporativos, gestão de resíduos de papel e consumo de material de escritório, devem ser avaliados em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021. Para mitigar o consumo de energia, práticas sustentáveis podem ser adotadas, incluindo o uso de equipamentos com selo Procel A, a promoção de trabalho remoto para reduzir a pegada de carbono, e a implementação de sistemas de gestão eletrônica de documentos para minimizar o uso de papel. A logística reversa para o descarte adequado de toners, cartuchos e outros insumos é essencial, alinhando-se às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Tais medidas promovem a eficiência de recursos, considerando a capacidade administrativa para sua implementação sem introduzir barreiras indevidas, conforme art. 5º e art. 11. As práticas sustentáveis propostas são **essenciais** para otimizar o uso de recursos, contribuir para a redução de impactos ambientais, e atender aos resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento, conforme exposto no planejamento e levantamento de mercado. Assim, a implementação dessas medidas garantirá a sustentabilidade e eficiência na administração pública local.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de sociedade de advogados para a prestação de serviços técnicos especializados em análise e orientação jurídica, análise de concessão de requerimentos administrativos, revisão e aprimoramento das normas internas, e implementação de boas práticas de compliance junto à Câmara Municipal de Limoeiro do Norte é avaliada como viável e estrategicamente indispensável. Com base nos elementos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos analisados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a contratação demonstra-se capaz de atender às necessidades identificadas, conforme prevista no art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

A análise de mercado revelou que a proposta atende aos critérios de economicidade,





ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



legalidade e eficiência previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando o tratamento isonômico e a competitividade. A especificidade e a complexidade dos serviços requerem alta qualificação e expertise jurídica, justificando a escolha por inexigibilidade de licitação, representando um alinhamento preciso ao planejamento estratégico institucional e promovendo a conformidade legal e operacional das normas internas da Câmara.

As estimativas de quantidade e valor ajustam-se à realidade do mercado, refletindo preços compatíveis, de acordo com o art. 11 da mesma Lei, e a contratação proposta, portanto, é considerada vantajosa. Resultados pretendidos, como a melhoria contínua das práticas jurídico-administrativas, são fundamentais para a conformidade e eficiência da gestão pública. Esta decisão deve ser incorporada ao processo de contratação, servindo de base sólida para a autoridade competente, com atenção especial aos princípios do interesse público e desenvolvimento sustentável.

Em função das análises consolidadas, a recomendação é pela realização da contratação, destacando a relevância do processo em assegurar a integridade das operações administrativas e o cumprimento das leis vigentes, embasando-se ainda no art. 6º, inciso XXIII e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que orientam o planejamento e o termo de referência.

Limoeiro do Norte / CE, 21 de maio de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

TARCITO MENDES DOS SANTOS
SUPLENTE

assinado eletronicamente

Paulo Sergio Chagas Girao
PRESIDENTE

assinado eletronicamente

Samara Chaves Nunes
MEMBRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 161-473-3161
PÁGINA: 11 DE 11 - CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - 0183691300010

